

Requerimento
Solicitante: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato
Local/ Setor: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato
Requerente: Lícia Nascimento Caliman
E-mail / Telefone: turismo@vendanova.es.gov.br
À: Secretaria Municipal de Administração

1 Descrição do objeto:

Execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos.

2 Justificativa da necessidade:

A Secretaria de Turismo, Cultura e Artesanato pretende montar uma vila natalina no espaço utilizado como estacionamento para os eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, próximo a Praça Padre Emilio Bertoldero.

Nessa vila serão montadas as decorações, iluminação, enfeites, brinquedos e etc. Também serão realizados eventos no local, como shows musicais, apresentações culturais, dentre outros, que demandam de palco, sonorização e iluminação sênica. A feira da agricultura familiar também será montada no local.

Toda essa estrutura demandará de eletricidade com carga suficiente para o pleno funcionamento da vila natalina. Atualmente no local não existe instalação elétrica, sendo necessário executar essa instalação, inclusive com a implantação de poste padrão e distribuição da rede.

Portando, para a viabilização da vila natalina faz-se necessário a contratação de profissional para a execução do serviço elétrico acima citado, inclusive com elaboração de projetos, emissão de ART ou TRT e realização de plantão de eletricitista em duas noites de evento.

3 Vinculação ou dependência com o objeto de outro DFD

Não possui vinculação ou dependência.

4 Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Durante o mês de novembro de 2025.

5 Grau de prioridade da compra ou da contratação

Altíssima.

À autoridade superior, para autorização de prosseguimento.

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de outubro de 2025.

Lícia Nascimento Caliman
Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato

Responsável pela elaboração do documento: Dominik Davel Guisso

Aprovação do Estudo Técnico Preliminar: Lícia Nascimento Caliman

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP - tem como objetivo avaliar alternativas para a **execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos**, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 A Secretaria de Turismo, Cultura e Artesanato pretende montar uma vila natalina no espaço utilizado como estacionamento para os eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, próximo a Praça Padre Emilio Bertoldero.

Nessa vila serão montadas as decorações, iluminação, enfeites, brinquedos e etc. Também serão realizados eventos no local, como shows musicais, apresentações culturais, dentre outros, que demandam de palco, sonorização e iluminação sênica. A feira da agricultura familiar também será montada no local.

Toda essa estrutura demandará de eletricidade com carga suficiente para o pleno funcionamento da vila natalina. Atualmente no local não existe instalação elétrica, sendo necessário executar essa instalação, inclusive com a implantação de poste padrão e distribuição da rede.

Portando, para a viabilização da vila natalina faz-se necessário a contratação de profissional para a execução do serviço elétrico acima citado, inclusive com elaboração de projetos, emissão de ART ou TRT e realização de plantão de eletricitista em duas noites de evento.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Que o responsável técnico tenha experiência comprovada;

2.2 Atender aos padrões técnicos necessários, demandas legais e regulatórias;

2.3 A Execução deverá prezar pela eficiência, alta qualidade com racionalização de custos, e pelo aproveitamento de recursos que propiciem maximização de eficiência energética e menor impacto ambiental possível.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO



3.1 Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência, considerando as opções abaixo:

Opção 1: Utilização de mão de obra da própria prefeitura;

Opção 2: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, emissão de projetos, ART ou TRT, sem materiais inclusos;

Opção 3: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços com materiais inclusos;

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 O custo médio estimado da contratação é de R\$ 6.770,00 (seis mil, setecentos e setenta reais)

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 Do explanado no item 3 do presente ETP, constata-se que a solução de contratação de empresa especializada para execução de serviço elétrico, com fornecimento de mão de obra especializada, emissão de projeto, ART ou TRT, sem materiais, é a solução mais assertiva para a administração por se tratar de serviço técnico específico e esporádico. A Prefeitura não dispõe de profissionais qualificados e com certificações exigidas para a execução dos serviços, pois se trata de serviços de alta complexidade.

A opção de contratação de empresa para execução dos serviços com fornecimento dos materiais, se torna menos viável, uma vez que a possibilidade da prefeitura licitar só os materiais, possibilita obter uma maior oferta e concorrência entre fornecedores, fato este que reduz os preços e consequentemente o custo total.

Ante ao exposto, a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato pretende utilizar a solução a ser escolhida como ferramenta legal de contratação dos serviços ora em debate, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com fulcro no Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, como se trata de serviço de engenharia. O julgamento que será adotado para essa licitação será o de **menor preço global**.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Apesar do parcelamento da licitação ser possível de acordo com o art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Ao analisar o objeto da licitação não foi vislumbrada a necessidade de parcelar, pois o objeto da licitação é composto por serviços complementares e interdependentes, sendo necessária sua execução única.

7. RESULTADOS PRETENDIDOS



7.1 A presente contratação de empresa especializada para execução de serviço elétrico, emissão de projetos, ART ou TRT, tem por finalidade viabilizar a instalação da vila natalina e a realização de eventos natalinos no espaço utilizado como estacionamento para os eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, em frente a Praça Padre Emilio Bertoldero, que atualmente não dispõe de instalações elétricas necessárias.

8. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

8.1 Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante-ES, será realizado processo de dispensa/inexigibilidade.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORES

10. Em regra, os impactos ambientais provenientes da contratação são mínimos.

11. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11. O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a solução descrita neste documento se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de outubro de 2025.

Lícia Nascimento Caliman
Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato



MAPA DE RISCOS DO ETP

RISCO 01	
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Atraso para iniciar a execução dos serviços	
Ação Preventiva	Responsável
1. Estabelecimento de cronograma detalhado e acompanhamento periódico pela contratante.	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1. Readequar o cronograma para garantir conclusão no prazo.	Gestor do Contrato

RISCO 02	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Indisponibilidade de profissionais qualificados	
Ação Preventiva	Responsável
1. Exigir ART, RRT ou similar	Setor de Compras requisitante
Ação de Contingência	Responsável
2. 1. Substituir o profissional de forma imediata por profissional previamente credenciado	Gestor do Contrato atual

RISCO 03	
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Qualidade da execução dos serviços abaixo do esperado	
Ação Preventiva	Responsável
1. Avaliar a execução do serviço desde o início	Unidades Requisitantes e Setor de Compras
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar ajustes na execução conforme necessidade identificada	Fiscal do contrato

RISCO 04	
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto	() Baixa (x) Média () Alta
DANO	
Descrição: Falha na prestação dos serviços - Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.	
Ação Preventiva	Responsável



1. Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.	Fiscal do Contrato
Ação de Contingência	Responsável
1. Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.	Gestor do Contrato

RISCO 05	
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Não recebimento do objeto contratado	
Ação Preventiva	Responsável
1. Não há.	Não há
Ação de Contingência	Responsável
1. Abertura de nova contratação.	Unidade Requisitante

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de outubro de 2025.

Lícia Nascimento Caliman

Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Evandi Américo Comarela, 385 - Centro - Venda Nova Do Imigrante - ES - CEP:29.375-000
CNPJ: 31.723.497/0001-08 Telefone: (28) 3546-1188 Site: www.vendanova.es.gov.br

REQUISIÇÃO

Requerimento:	001166 / 2025 - 20/10/2025
Solicitante:	SECRETARIA MUN. DE TURISMO, CULTURA E ARTESANATO
Local/Setor:	SEDE ADMIN. DO TURISMO, CULTURA E ARTESANATO
Requerente:	DOMINIK DAVEL GUISSO
À	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Justificativa:	Execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero.
Disposições Gerais:	1- Modalidade de Contratação com base na Lei 14.133/21, artigo 75, inciso I. 2- Objeto contratado anteriormente: Não. 3- Prazo de Vigência de Contratação : 60 dias. 4- Prazo de Execução de Contratação: 60 dias. 5- Ano Previsão Finalização: 2025. 6- Execução / Fornecimento: Única. 7- Descrição do Local: Em frente a praça Padre Emílio Bertoldero. 8- Contrato: Sim.

item	Código	Unidade	Quantidade	Ficha-Fonte	Código do Tipo	Especificação
00001	00005313	UND	1,00	00342-17060000 0000	00334	SERVICO ELETRICO PROFISSIONAL P/ VIABILIZACAO DA VILA E EVENTOS NATALINOS - a empresa contratada deverá executar serviços elétricos, técnico e profissional, com emissão de art ou trt, para implantação de postes padrão e instalação de rede elétrica que atenda as necessidades da vila natalina e dos eventos natalinos que serão realizados no estacionamento do centro de eventos padre cleto caliman, em frente a praça padre emilio bertoldero, durante os meses de novembro e dezembro de 2025. - a empresa contratada deverá manter um eletricista de plantão em duas noites de evento.

Total Geral: 0,00

Assinatura da Unidade Requisitante

Secretário Municipal

Assinado digitalmente
LUCIA NASCIMENTO
CALIMAN
12/11/2025 - 12:13:29



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que norteiam a **execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos**, e conforme especificações constantes neste Termo de Referência e anexos.

1.2 A especificação do Objeto e quantitativo encontram-se na REQUISIÇÃO Nº 1166/2025.

1.3 Considera-se nesta contratação que o serviço demandado é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

São requisitante(s) desta contratação: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria de Turismo, Cultura e Artesanato pretende montar uma vila natalina no espaço utilizado como estacionamento para os eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, próximo a Praça Padre Emilio Bertoldero.

Nessa vila serão montadas as decorações, iluminação, enfeites, brinquedos e etc. Também serão realizados eventos no local, como shows musicais, apresentações culturais, dentre outros, que demandam de palco, sonorização e iluminação sênica. A feira da agricultura familiar também será montada no local.

Toda essa estrutura demandará de eletricidade com carga suficiente para o pleno funcionamento da vila natalina. Atualmente no local não existe instalação elétrica, sendo necessário executar essa instalação, inclusive com a implantação de poste padrão e distribuição da rede.

Portando, para a viabilização da vila natalina faz-se necessário a contratação de profissional para a execução do serviço elétrico acima citado, inclusive com



elaboração de projetos, emissão de ART ou TRT e realização de plantão de eletricitista em duas noites de evento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução para a demanda da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante é a **execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos.**

3.2 Para esta contratação a estratégia de contratação de serviço(s) ocorrerá por meio de fornecimento integral, pois considera-se a forma mais adequada para a execução do serviço.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1.1 A empresa contratada deverá executar os serviços conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2 A Proposta Comercial deverá ser apresentada em moeda nacional utilizando-se até 02 duas casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços, com base nas especificações do objeto.

4.2 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.2.1 A contratada devesse promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

4.3 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.3.1 Não será exigida amostra/prova de conceito para esta contratação.

4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Os materiais e serviços deverão atender todas as normas e legislações pertinentes à sua garantia. Devendo ser entregue apto ao seu funcionamento



com plenas condições de atender a todas as demandas de uso que requerem os eventos realizados no Centro de Eventos Padre Cleto Caliman.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 O serviço contratado deverá ser executado no local conhecido como estacionamento dos eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, em frente a praça Padre Emilio Bertoldero.

5.1.2 A empresa vencedora deverá emitir ART ou TRT de execução.

5.1.3 A execução dos serviços deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da formalização e entrega da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante, em documento padronizado.

5.1.4 A execução do serviço deverá ser de forma integral.

5.1.5 Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.1.6 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as previsões da Lei nº 14.133/2021, cabendo às partes responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.7 As comunicações entre a Administração Municipal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.1.8 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração Municipal poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.2.1 O prazo de vigência do contrato será 60 dias a contar da data de sua assinatura.



5.2.2 A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.4 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.4.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

5.4.2 Designar servidor com competência necessária para promover o recebimento do produto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, assim como prazo de entrega;

5.4.3 Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas na execução dos serviços;

5.4.4 Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

5.4.5 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;

5.4.6 Alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação;

5.4.7 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais;

5.4.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

5.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.5.1 Entregar os serviços de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência, com a respectiva nota fiscal eletrônica – NFe, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;



5.5.2 Arcar com todos os custos envolvidos no transporte e mão de obra necessária, seja para a execução ou devolução;

5.5.3 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.5.4 Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei nº 14.133/2021;

5.5.5 Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

5.5.6 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante.

5.5.7 Fornecerá à CONTRATANTE, juntamente à nota fiscal, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, FGTS e Certidão Negativa de Tributos Municipais (CND) do Município de Venda Nova do Imigrante.

5.5.8 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.5.9 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.5.10 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.5.11 Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto;

5.5.12 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

5.5.13 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município de Venda Nova do Imigrante.



5.6 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.6.1 Ficam designados como gestor e fiscal do contrato:

GESTOR: Mariana Zandonadi Bissoli

FISCAL: Cidineia Aparecida de Miranda Falchetto

5.6.2 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.6.3 São atribuições do fiscal do contrato, designado pelo Ordenador de Despesa dos Órgãos da Administração Municipal Direta:

- I** – esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II** – expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos objetos;
- III** – adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da execução de serviços;
- IV** – conferir e certificar as faturas relativas às prestação dos serviços;
- V** – proceder às avaliações das execuções realizadas pela contratada;
- VI** – dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- VII** – realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do serviço contratado, quando for o caso;
- VIII** – outras atividades compatíveis com a função.

5.6.4 O gestor a ser designado especificamente para acompanhamento do contrato terá as seguintes atribuições:

- I** - promover a juntada, no procedimento administrativo, de todos os documentos contratuais recebidos
- II** - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- III** - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- IV** - analisar eventuais alterações contratuais;
- V** - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- VI** - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VII** - decidir provisoriamente a suspensão da execução dos serviços;
- VIII** - outras atividades compatíveis com a função.



5.6.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1.1 Os serviços deverão apresentar as características constantes na especificação/descrição conforme previsto neste Termo de Referência e demais anexos.

6.1.2 Para a perfeita execução do serviço, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

6.2 RECEBIMENTO DO OBJETO

6.2.1 O serviço deverá ser executado de forma **integral** de acordo com o cronograma de execução

6.2.2 Todo o serviço será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e, recebido em definitivo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da entrega;

6.2.3 Se após o recebimento provisório constatar-se que a execução foi executada em desacordo com o pactuado, entregue em quantitativo ou qualidade inferior ao solicitado, a fiscalização da contratação notificará por escrito a Contratada para substituir, as suas expensas, o(s) produto(s) recusado(s) ou complementar o(s) produto(s) faltante(s);

6.2.4 O(s) serviço(s) que apresentar(em) desconformidade deverá(ão) ser reexecutados(s) em sua totalidade, no prazo de até 05 (dias) dias úteis, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

6.3 FORMA DE PAGAMENTO



6.3.1 O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, após a execução dos serviços, atestado pelo setor requisitante, mediante o fornecimento à Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante de Nota Fiscal, bem como os documentos de regularidade fiscal: **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS** do Município de Venda Nova do Imigrante, que deverão ser encaminhados à municipalidade, por meio eletrônico, no site da PMVNI/ES, na aba **Governo Digital (Protocolo Digital)**. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de **30 (trinta) dias** corridos após a respectiva apresentação;

6.3.2 A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentado na Autorização de Fornecimento e para efeito de pagamento, deverá ser encaminhada de forma eletrônica, no sistema BPMS, OBRIGATORIAMENTE, no site da **PMVNI/ES, na aba Governo Digital**.

6.3.3 Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas, deverá ser comunicado à Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

6.3.4 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será (ão) devolvido(s) à empresa contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

6.3.5 No texto da Nota Fiscal deverá constar, obrigatoriamente, o número do processo e do procedimento da licitação, o(s) objeto(s), os valores unitários e totais;

6.3.6 A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela empresa Contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

6.3.7 O pagamento referente ao valor da Nota Fiscal será feito por Crédito em Conta Bancária;

6.3.8 Para a efetivação do pagamento a empresa deverá manter as condições previstas no termo de referência no que concerne a proposta de preço e a habilitação;



6.3.9 É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 75, inciso I, da referida Lei:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores

7.2 A compra deverá ser conduzido conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006.

7.3 SERÃO EXIGIDOS NA DISPENSA DE LICITAÇÃO OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

7.3.1 Habilitação Jurídica

- I. REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual;
- II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO** ou alterações em vigor;
- III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício;
- V. CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI**, em se tratando se Microempreendedor Individual.

7.3.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista



a) Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, devera ser apresentados os seguintes documentos:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- V.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado;
- VI.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- VII.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) CERTIDÃO DE REGISTO DA EMPRESA E RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
Apresentação das certidões no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outra entidade profissional competente, da empresa , e dos seus responsáveis técnicos, sendo inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da Empresa, conforme Resolução nº. 266/79 do CONFEA, com as alterações que lhe sucederam, no caso de certidões emitidas pelo CREA.

7.3.4 Da Qualificação Econômico-Financeira

7.3.4.1 Para comprovação da boa situação financeira da contratada, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.
 - a)** As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta dispensa desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública;
 - b)** O fato da contratada encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.



8. ESTIMATIVAS DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado da contratação é de R\$ 6.770,00 (seis mil, setecentos e setenta reais).

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas inerentes a este Termo de Referência correrão à conta das seguintes dotações:

- Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A FESTAS E EVENTOS
- 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
- Fonte 170600000000 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
- Ficha: 342

10. DAS PENALIDADES

10.1 A Contratada que infringir as normas constantes deste Termo de Referência ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Decreto.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do caput deste artigo.



10.2 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I- descumprimento de pequena relevância;
- II- inexecução parcial de obrigação contratual.

10.3 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) não celebrar o contrato sem motivo justificado;
- II- 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- III- 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato, ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- IV- 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 - g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



Parágrafo único. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento estadual.

10.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021;

10.5 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 4.597/2024.

10.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2016 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021;

10.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa;

10.9 Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Outras disposições poderão ser acrescentadas no instrumento convocatório e no contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

12. DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ETP E TR



Prefeitura Municipal de
Venda Nova Do Imigrante
Estado do Espírito Santo

***Termo de Referência – DISPENSA
SERVIÇO***

12.1 Este Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato, na pessoa do servidor Dominik Davel Guisso

Responsável pela justificativa da necessidade: Dominik Davel Guisso

Responsável pela elaboração da especificação: Dominik Davel Guisso

Responsável pela aprovação da especificação: Lícia Nascimento Caliman

Elaboração do quantitativo: Dominik Davel Guisso

Aprovação do quantitativo: Lícia Nascimento Caliman

Elaboração da pesquisa de mercado: Dominik Davel Guisso

Aprovação da pesquisa de mercado: Lícia Nascimento Caliman

Elaboração de Estudo Técnico Preliminar: Dominik Davel Guisso

Aprovação do Estudo Técnico Preliminar: Lícia Nascimento Caliman

Elaboração de Termo de Referência: Dominik Davel Guisso

Aprovação de Termo de Referência: Lícia Nascimento Caliman

Venda Nova do Imigrante/ES, 20 de outubro de 2025.

Lícia Nascimento Caliman

Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>,
licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**,
do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**.
Objeto: registro de preços para aquisição de GÁS GLP - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO "gás de cozinha", bem como a aquisição de vasilhames para atender a demanda de toda Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte e do Fundo Municipal de Saúde. Tudo conforme tabelas e anexos constantes no Termo de Referência. Processos : no 3648/2025, 3662/2025, 3809/2025, 3839/2025, 3843/2025, 3912/2025, 4660/2025, 4651/2025 E 4659/2025, para atendimento as necessidades das Secretarias SEMARH, SEMTADES, SECULT, SEMUR, SEMAG, FMS, GABINETE, SEMFAZ E SEMED , da Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte - PMSDN. O edital deverá ser solicitado através do e-mail licitacao@saodomingosdonorte.es.gov.br ou retirados através dos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br / www.saodomingosdonorte.es.gov.br.

São Domingos do Norte 20 de outubro de 2025.

Jardel Picacio Lopes Chodacki

Pregoeiro PMSDN

Protocolo 1655357

São Roque do Canaã

Adjudicação e/ou Homologação

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2025
PNCP: 01612865000171-1-000158/2025
ID CIDADES: 2025.068E0700001.01.0028

Constatada a regularidade dos atos procedimentais, **HOMOLOGA** a **ADJUDICAÇÃO** referente ao Processo nº 001297/2025, Pregão nº 90032/2025, conforme parecer da Pregoeira Oficial do Município, em favor da empresa:

a) E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 39.781.752/0001-72, vencedora do item 01, com valor total de **R\$ 956.592,14** (novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e quatorze centavos).

Por fim, informamos que o valor total contratado neste certame perfaz o montante de **R\$ 956.592,14** (novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e quatorze centavos).

Desse modo, **AUTORIZO** a convocação do representante legal para assinatura do contrato com empresa especializada no fornecimento de softwares integrados de Gestão Pública, incluindo os serviços de migração, implantação, treinamento, cessão de uso, suporte técnico e hospedagem em Data Center, com o objetivo de aprimorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades e serviços prestados, bem como garantir o alcance dos resultados planejados pela Administração Municipal.

São Roque do Canaã - ES, 20 de outubro de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA

PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1655194

Sooretama

Pesquisa de Preço

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO.
SOLICITAMOS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR COM ORÇAMENTOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CUJO O OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. - OS ORÇAMENTOS SERÃO RECEBIDOS NUM PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, APÓS O ENVIO DESSA PUBLICAÇÃO. Entrar em contato com: Tel 27 3199 0266 ramal 212 - E-mail compras@sooretama.es.gov.br PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS - SETOR DE COTAÇÕES/ SEMSUGEC - RES. MICHELE MARTINS DE SOUZA MACHADO.

Protocolo 1654878

Venda Nova do Imigrante

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 torna público que no dia **22 de outubro de 2025**, estará aberta a possibilidade de envio de orçamentos por fornecedores interessados para o objeto descrito abaixo. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone: (28) 99911-9280 ou pelo e-mail: turismo@vendanova.es.gov.br.

Dados da Contratação

Amparo legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emilio Bertoldero.

Data de início de recebimento de proposta: 22/10/2025

Data final de recebimento de proposta: 27/10/2025

E-mail para envio de preposta: turismo@vendanova.es.gov.br

Protocolo 1655430

Ata de Registro de Preço

DECISÃO

Protocolo GED nº 17171/2025
RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024 CPRP

Ratifico a Adesão de Ata nº 195/2024, referente à contratação da empresa SQL TECNOLOGIA



Justificativa da Escolha da Contratada

A Secretaria de Turismo, Cultura e Artesanato pretende montar uma vila natalina no espaço utilizado como estacionamento para os eventos do Centro de Eventos Padre Cleto Caliman, próximo a Praça Padre Emilio Bertoldero, essa estrutura demandará de eletricidade com carga suficiente para o pleno funcionamento da vila natalina. Atualmente no local não existe instalação elétrica, sendo necessário executar essa instalação com empresa especializada.

Em conformidade com o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da justificativa da escolha do fornecedor nos processos de contratação direta, apresentamos a seguir a devida motivação para a escolha das empresas contratadas no presente processo de dispensa de licitação.

Foram enviadas cotações de preços visando à obtenção do maior número possível de orçamentos, com o objetivo de garantir a vantajosidade da contratação e a escolha da proposta mais adequada ao interesse público. A publicação no Diário Oficial foi realizada dia 21 de outubro de 2025.

Dentre as propostas recebidas, a empresa **ICENEG ELÉTRICA, CNPJ 12.658.798/0001-42**, apresentou orçamento no valor de R\$ 6.710,00 (seis mil, setecentos e dez reais), a empresa **LUMIS SOLUÇÕES EM ENERGIA, CNPJ 11.327.531/0001-00**, apresentou orçamento no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) e a empresa **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA, CNPJ 62.010.234/0001-77**, apresentou orçamento no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais). As empresas também atendem plenamente às especificações do objeto, prazos, garantias e demais exigências estabelecidas.

Diante da apresentação das propostas e considerando que as empresas que apresentaram orçamento são capacitadas para a execução do serviço ora pleiteado, e pela significativa diferença entre os orçamentos, a escolha está vinculada ao **MENOR PREÇO** apresentado em sua proposta, sendo o menor preço ofertado pela empresa: **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA, CNPJ 62.010.234/0001-77**.

Venda Nova do Imigrante/ES, 07 de novembro de 2025.

Lícia Nascimento Caliman
Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato



Prefeitura Municipal de
Venda Nova do Imigrante/ES

DESPACHO PROTOCOLO Nº27787/2025

Após análise do requerimento, **AUTORIZO** o prosseguimento do protocolo nos setores responsáveis, para a contratação requisitada pela Secretaria municipal.

Helen Dolores Delpupo Moyses
Secretaria Municipal de Administração

Venda Nova do Imigrante/ES, 10 de novembro de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

SETOR DE COMPRAS

REQUERIMENTO Nº 1166/2025 – TURISMO – PESQUISA PREÇOS Nº 218/2025

CÓDIGO CIDADES: [2025.072E0700001.09.0059](#)

A secretaria requisitante coletou os orçamentos e posteriormente foi lançado no sistema de compras e gerado o quadro comparativo de preços, que segue em anexo no processo.

Após análise do quadro comparativo de preços, foi constatado que o fornecedor **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA 62.010.234/0001-77**, apresentou o menor orçamento, no valor total de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)**.

Encaminho ao Gabinete do Prefeito para as devidas análises.

Venda Nova do Imigrante, 10 de novembro de 2025.

Eliandra Gava
Coordenadora de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE
Estado do Espírito Santo

LEGENDA

1º Lugar

2º Lugar

3º Lugar

4º Lugar

5º Lugar

Assinado digitalmente
LÍCIA NASCIMENTO
CALIMAN
10/11/2025 - 18:11:20

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES

Dispensa Nº 000073/2025 - 10/11/2025 - Processo Nº 003497/2025 - Menor Preço por Item

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	PP SOLARIZE ENERGIA LTDA		GENECI FERREIRA BERUDIO		LUMIS SOLUCOES EM ENERGIA LTDA			
						Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
00001	00005313		SERVICO ELETRICO PROFISSIONAL P/ VIABILIZACAO DA VILA E EVENTOS NATALINOS - a empresa contratada deverá executar serviços elétricos, técnico e profissional, com emissão de art ou trt, para implantação de postes padrão e instalação de rede elétrica que atenda as necessidades da vila natalina e dos eventos natalinos que serão realizados no estacionamento do centro de eventos padre cleto caliman, em frente a praça padre emilio bertoldero, durante os meses de novembro e dezembro de 2025. - a empresa contratada deverá manter um eletricista de plantão em duas noites de evento. Valor Total OBTIDO Valor Total VENCIDO	UND	1,00	6.200,00	6.200,00	6.710,00	6.710,00	7.400,00	7.400,00		
						6.200,00		6.710,00		7.400,00			
						6.200,00							

Emitida por: LUANA DA SILVA FABRE DE MELO



Gabinete do Prefeito

Protocolo GED nº 27787/2025

Após análise do requerimento, **AUTORIZO** o prosseguimento do protocolo nos setores responsáveis, para a contratação requisitada pela Secretaria Municipal.

Venda Nova do Imigrante/ES, 11 de novembro de 2025.

DALTON PERIM

Prefeito Municipal

PARECER CONTABILIDADE

PROTOCOLO GED 27787/2025

A Ficha/Fonte 000342-170600000000 apresentada pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato, através do Requerimento 001166/2025 está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual de 2025 – LEI Nº 1.680/2024 e a mesma possui saldo orçamentário nesta data para contratação do serviço conforme solicitado.

Venda Nova do Imigrante – ES, 12 de novembro de 2025

Cintia Dias Siqueira Dioscanio

Contadora – CRC 20.609



PARECER JURÍDICO

Protocolo nº: 27.787/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato

Assunto: Análise de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, I, da Lei nº. 14.133/2021.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 75, I, DA LEI Nº. 14.133/2021. VALOR INFERIOR AOS LIMITES LEGAIS. CONSIDERAÇÕES.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada para parecer jurídico quanto à viabilidade de prosseguimento na contratação a ser realizada por dispensa de licitação, nos termos da alínea do inciso **I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, da empresa **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA** – inscrita no CNPJ n. 62.010.234/0001-77, para **PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO ELÉTRICO PARA VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DA VILA NATALINA E REALIZAÇÃO DE EVENTOS NATALINOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**

É importante destacar que junto ao pedido de parecer, foi encaminhado pedido para a contratação vindo da Secretaria requisitante, com o Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco, Termo de Referência, requisição, orçamentos, justificativa da escolha do fornecedor. Além disso, o protocolo foi analisado pelo Setor de





Contabilidade, que informou que possui saldo orçamentário para a contratação, passou pelo setor de compras onde foi anexado o Quadro Comparativo de Preços, e obteve autorização do Ordenador de despesas para prosseguimento do protocolo.

Em tempo, oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art. 8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si.

Não obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

É o breve relatório.

II – PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “*in abstrato*”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa vinculação ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07.



III – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 determina que a obtenção de bens e serviços pela Administração Pública deverá ocorrer, via de regra, mediante processo de licitação pública, um procedimento preliminar formal, que visa assegurar o tratamento isonômico e vinculado, voltado ao atendimento ao interesse público e à escolha da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações***". (g.n)

Segundo depreende-se da leitura do dispositivo supramencionado, existem algumas situações em que a realização do procedimento de licitação pode colocar em risco ou prejudicar o interesse e a segurança pública.

De tal missão se incumbiu a recente Lei 14.133/2021 em seu art. 75, I que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de





engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

Dispõe o Decreto n.º 12.343, de 30 de dezembro de 2024 que atualizou os valores estabelecidos acima que o valor limite para contratação por dispensa de licitação passará para **R\$ 125.451,15** (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) e segundo orientação legal **este limite será dentro do exercício financeiro**, quando se refere ao **objeto da mesma natureza**, conforme disposição do § 1º e seus incisos, do Art. 75 da referida Lei, in verbis:

*§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:*

*I - **o somatório do que for despendido no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*

*II - **o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. (grifo nosso).*

Desta forma, compreende-se que a dispensa de licitação poderá ser realizada, desde que a hipótese de contratação de bens ou serviços estejam previamente expressas nos incisos do artigo 75 da nova lei de licitações, situação em que é dispensável a deflagração de processo administrativo licitatório, o que simplifica demasiadamente a atuação da administração, otimizando seu desempenho.

Na contratação direta, o que é dispensado é o processo licitatório e não o processo administrativo. Logo o administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar mesmo nesses casos, a prevalência dos princípios constitucionais da Administração Pública.





Ao verificar os dados acima, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que o referido valor de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)** se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Vemos que, a partir de agora, o gestor que decidir pela dispensa de licitação, deverá iniciar o processo com a requisição de sua demanda, a fim de que, em sendo o caso, seja realizado estudo técnico preliminar, confeccionado termo de referência, projeto básico ou projeto executivo que embasará a solução mais viável para a contratação.





No caso em comento, a Secretaria demandante anexou nos autos o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, o Mapa de Risco, o Termo de Referência, além da Razão da Escolha da Contratada.

Deve-se ressaltar que além dos supracitados documentos, também é necessário para o procedimento, a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação. Sendo assim, **constata-se a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, com a manifestação do Setor Contábil, na qual informou que a ficha/fonte possui saldo orçamentário para a contratação pretendida.**

Além disso, foi anexado a autorização da autoridade competente, conforme determina o inciso VIII, do art. 72, da NLLC.

Neste ponto, outra inovação trazida pela Lei nº 14.133/2021, relativamente à pesquisa de preços, é que ela deverá observar, inclusive, o mesmo procedimento do art. 23, que dispõe sobre os parâmetros utilizados para se chegar no valor estimativo da contratação, in verbis:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.





§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de I (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o Índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Como podemos verificar, o preço a ser pago deve ser compatível com aquele praticado no mercado, situação essa a ser comprovada mediante a juntada da documentação pertinente no respectivo processo de dispensa, incluindo, no mínimo, 03 (três) cotações de preços com fornecedores, pesquisa de contratações similares no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública, ou justificativa circunstanciada caso não seja viável obter esse número de cotações.





In casu, verifica-se a justificativa da escolha do fornecedor apresentada pela Secretaria requisitante:

Foram enviadas cotações de preços visando à obtenção do maior número possível de orçamentos, com o objetivo de garantir a vantajosidade da contratação e a escolha da proposta mais adequada ao interesse público. A publicação no Diário Oficial foi realizada dia 21 de outubro de 2025.

Dentre as propostas recebidas, a empresa ICENEG ELÉTRICA, CNPJ12.658.798/0001-42, apresentou orçamento no valor de R\$ 6.710,00 (seis mil, setecentos e dez reais), a empresa LUMIS SOLUÇÕES EM ENERGIA, CNPJ 11.327.531/0001-00, apresentou orçamento no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) e a empresa PP SOLARIZE ENERGIA LTDA, CNPJ 62.010.234/0001-77, apresentou orçamento no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais). As empresas também atendem plenamente às especificações do objeto, prazos, garantias e demais exigências estabelecidas.

Diante da apresentação das propostas e considerando que as empresas que apresentaram orçamento são capacitadas para a execução do serviço ora pleiteado, e pela significativa diferença entre os orçamentos, a escolha está vinculada ao MENOR PREÇO apresentado em sua proposta, sendo o menor preço ofertado pela empresa: PP SOLARIZE ENERGIA LTDA, CNPJ 62.010.234/0001-77.

No que tange à **justificativa de preço**, sobejou demonstrado que o valor oferecido pela empresa se encontra dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme se verifica das propostas anexadas, as quais geraram o quadro comparativo de preços.

Urge destacar, por fim, que o "ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial", nos moldes do parágrafo único do art. 72 do Novo Estatuto Licitação.

Consigna-se que, quanto às justificativas técnicas apresentadas, não estão na seara desta Procuradoria Jurídica





avaliá-las ou emitir juízo, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade. São, por isso, de competência exclusiva da Administração.

Ressaltamos ainda, atenção ao que dispõe o Art. 73 da Lei nº 14.133/2021 que dispõe:

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura. Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica **OPINA pela aprovação do prosseguimento da contratação direta, na modalidade de dispensa de licitação, desde que:**

a) não haja fracionamento de despesas e sejam respeitando os limites financeiros dispostos na supracitada Lei de Licitações e Contratos.





b) sejam comprovados nos autos os requisitos de habilitação da empresa, conforme item 7.3 e seguintes do Termo de Referência.

À consideração Superior.

É o parecer, *salvo melhor juízo*.

Venda Nova do Imigrante/ES, data da assinatura digital.

GEORGE PEREIRA DE LIMA
Procurador Geral



MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

SETOR DE TESOUREARIA

REQUERIMENTO Nº 001166/2025

De acordo com o Requerimento, trata-se de contratação de serviços com Fonte de Recursos **170600000000 – Transferência Especial da União.**

Desta feita, informo que **HÁ DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NA PRESENTE DATA** para a contratação do serviço solicitado.

Venda Nova do Imigrante/ES, 12 de Novembro de 2025.

Dreiziane Demartin Dordenoni

Gerente do Departamento de Finanças e Tesouraria

CPF: [REDACTED]

Município de Venda Nova do Imigrante/ES

Av. Evandi Américo Comarela, 385 – Bairro Esplanada – **Telefax: (28) 3546-1188**
CEP: 29.375-000 Venda Nova do Imigrante – ES – CNPJ: 31.723.497/0001-08
www.vendanova.es.gov.br



TERMO DE DISPENSA Nº 00073/2025

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato do Município de Venda Nova do Imigrante – ES (MVNI), com base no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, bem como no parecer jurídico do Município de Venda Nova do Imigrante e na manifestação da Tesouraria do Município, conclui pela DISPENSA DE LICITAÇÃO a contratação da empresa **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA – 62.010.234/0001-77**, para a execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero, no valor total de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)**.

Venda Nova do Imigrante, 12 de novembro de 2025.

Licia Nascimento Caliman

Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Artesanato



TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00073/2025

CÓDIGO CIDADES: 2025.072E0700001.09.0059

Ratifico a Dispensa nº 00073/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA – 62.010.234/0001-77**, para a execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero, no valor total de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)**.

Venda Nova do Imigrante, 12 de novembro de 2025.

Dalton Perim

Prefeito

Objeto: Aquisição de carteiras e mesas escolares adaptadas.

Local: BLL Compras

Data da Sessão: 01/12/2025 às 09:00h (horário de Brasília).

Tipo: Menor Preço Global

Informações da Sessão Através dos sites www.sooretama.es.gov.br, www.bll.org.br e no e-mail: pregao@sooretama.es.gov.br.

HUGO DOS SANTOS BERNINI
PREGOEIRO SUBSTITUTO

Protocolo 1668200

Venda Nova do Imigrante

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00074/2025

CÓDIGO CIDADES:

2025.072E0700001.09.0060

Ratifico a Dispensa nº 00074/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **HENK ENGENHARIA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - 55.468.164/0001-30**, para a aquisição de material elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero, no valor total de **R\$ 13.346,00 (treze mil, trezentos e quarenta e seis reais)**. Venda Nova do Imigrante, 12 de novembro de 2025.

Dalton Perim
Prefeito

Protocolo 1670382

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00073/2025

CÓDIGO CIDADES:

2025.072E0700001.09.0059

Ratifico a Dispensa nº 00073/2025 (MVNI), referente a contratação da empresa **PP SOLARIZE ENERGIA LTDA - 62.010.234/0001-77**, para a execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero, no valor total de **R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)**. Venda Nova do Imigrante, 12 de novembro de 2025.

Dalton Perim
Prefeito

Protocolo 1670394

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 00068/2025

CÓDIGO CIDADES: 2025.072E0700001.09.0054

Ratifico a Dispensa nº 00068/2025 (MVNI) referente a contratação da empresa **BRASIF S/AEXPORTACAO IMPORTACAO - 52.226.073/0015-03**, para a execução do serviço de revisão preventiva equivalente a 500 H do equipamento NRAE17465 (CAR-0006). No valor total de **R\$ 5.869,50 (cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)**. Venda Nova do Imigrante, 12 de novembro de 2025.

Dalton Perim
Prefeito

Protocolo 1670404

Câmaras

Conceição do Castelo

Pesquisa de Preço

APURAÇÃO DE PREÇOS ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Seguro de Veículo

Solicitação de Compras/Serviços nº 016/2025, processo nº 10403/2025

OBJETO: Contratação de **Seguro Total, com fornecimento de Apólice De Seguro** para o veículo Chevrolet Prisma Lt 1.4, Ano/Modelo 2017/2018, Flexpower 4p, Placa OVJ9J84, de propriedade da Câmara Municipal de Conceição do Castelo-ES.

A documentação pode ser solicitada através do e-mail plccastelo@cmcc.es.gov.br, ou obtida através do site oficial do Poder Legislativo, no endereço: https://www.cmcc.es.gov.br/licitacao_

Portanto, serve o presente aviso para manifestar **interesse da administração em obter propostas, que podem ser entregues presencialmente na sede da Câmara Municipal (endereço no rodapé) ou por meio eletrônico (plccastelo@cmcc.es.gov.br), até as 09h do dia 19 de novembro de 2025.**

Conceição do Castelo - ES, em 13 de novembro de 2025.

HARYANE CHISÓSTOMO PIANISSOLLI
Responsável pela Pesquisa de Preços

ROMULO DE ASSIS SILVA LÁZARO
Agente de Contratação
Responsável pela publicação no Diário Oficial
Protocolo 1670409

Itaguaçu

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025
Processo Administrativo nº 01416/2025
ID CIDADES: 2025.034L0200001.10.0004

A Presidente da Câmara Municipal de Itaguaçu/ES, com fundamento no inciso VIII, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o que consta no Processo Administrativo nº 01416/2025, resolve, RATIFICAR a execução do objeto do processo supramencionado, de Inexigibilidade de Licitação conforme inciso III, do art. 74 da Lei Federal 14.133, de 2021 e DETERMINAR a publicação em site eletrônico oficial, conforme parágrafo único do art. 72 da referida lei.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 000073/2025

Última atualização 13/11/2025

Local: Venda Nova do Imigrante/ES **Órgão:** MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Unidade compradora: 31723497000108-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, I

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 13/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 31723497000108-1-000148/2025 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA

Objeto:

Execução de serviço elétrico para viabilizar a instalação da vila natalina e realização de eventos natalinos em frente a Praça Padre Emílio Bertoldero.

Informação complementar:

1- Modalidade de Contratação com base na Lei 14.133/21, artigo 75, inciso I.2- Objeto contratado anteriormente: Não.3- Prazo de Vigência de Contratação : 60 dias.4- Prazo de Execução de Contratação: 60 dias.5- Ano Previsão Finalização: 2025.6- E

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 6.770,00	R\$ 6.200,00

Itens

Arquivos



Histórico

Número ▾	Descrição ▾	Quantidade ▾	Valor unitário estimado ▾
1	SERVICO ELETRICO PROFISSIONAL P/ VIABILIZACAO DA VILA E EVENTOS NATALINOS	1	R\$ 6.770,00

Exibir: 5 ▾

1-1 de 1 itens

Página: 1 ▾

 Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

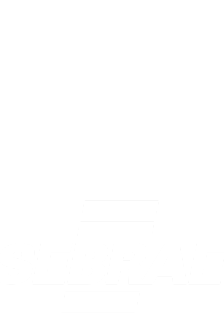
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.